

Sarney: Expressão do Brasil arcaico

MAURO CHAVES

Muitos têm feito a injustiça de atribuir a José Sarney pecados maiores do que os que poderia cometer sua pequena e provinciana figura. Na verdade, apesar de estar presidindo há dois anos o governo mais desgraçado e azarado da História do País — que nos conduziu a esta monumental crise econômica, também sem precedente histórico —, José Sarney não passa de mero reflexo de um arcaísmo político e cultural, originário dos tempos coloniais, que se têm preservado nos processos de gestão da coisa pública, de "apropriação" do poder e de representação política, no Brasil. Pode-se dizer, em outros termos, que nada existe em José Sarney que seja a mais ou pior do que todos aqueles vícios atávicos acumulados, que têm sido obstáculos permanentes à modernização do País ou à superação de um subdesenvolvimento crônico, em termos político, econômico, social e cultural. Ser pior ou melhor do que isto, realmente, estaria acima das possibilidades do limitado sr. Ribamar.

Em lúcida entrevista (no Jornal da Tarde do último sábado), o jurista Raimundo Faoro enquadra com precisão — e dentro da perspectiva acima exposta — a figura do político maranhense que dirige esta República. Vale a pena reproduzir alguns tópicos: "O chefe de governo — eu nem sei se devo tratar o sr. Sarney de presidente, por enquanto ele é um chefe de governo — é uma das expressões mais autênticas do Brasil arcaico. Ele tem todos os componentes, pelos métodos, pela educação política, pela carreira, para pertencer a um país, que subsiste ainda, mas que não é o país moderno. (...) Aliás, Sarney tem uma vinculação direta com a colônia, dada a sua formação num estado que se manteve muito mais lusitano do que brasileiro, até mesmo na sua pronúncia, na sua literatura. O Sr. Sarney está, por essas vinculações, todas, mais próximo dos capitães-generais governadores do período colonial do que de um governante e de um líder político. Esse fenômeno da liderança moderna, não só nos países presidenciais mas também nos países de partido, o de um líder que traz as reivindicações populares ou de classes e as vocaliza racionalmente, essa compreensão é totalmente alheia ao sr. Sarney. (...) "O Brasil é um país que transplantou as instituições portuguesas mas não possui a estrutura daquilo que é característica do Ocidente, depois do século XVIII, da revolução industrial: nós ficamos no ancient regime. Temos a todo momento demonstrações de governo, de Forças Armadas etc., cuja pauta de raciocínio é de despotismo esclarecido, absolutista. Por isso, o próprio presidente Sarney, quando disse que o mandato dele é uma atribuição pessoal, essa idéia tem muita semelhança com d. Pedro I, quando dissolveu a Constituinte. O monarca precede o reino e portanto a Assembleia Constituinte não pode dispor sobre ele. Por isso, é que um interregno de quase 200 anos de História está sendo suprimido do raciocínio e também da realidade política do País. Enquanto isso, nós temos um país com uma mancha moderna muito significativa, mas cujas instituições, cuja política ainda está dentro desse arcaísmo básico. Aliás, arcaísmo conscientemente mantido, a partir do momento em que se faz uma representação nacional totalmente falsa, se faz um mapa de representação que não corresponde à população nem ao eleitorado. (...) Esse despotismo eu teria dúvidas em dizer que é esclarecido. É um despotismo que se exerce com as artes da esperteza. Como não há mais a 'justificativa' de um momento histórico,

ele se prolonga com a esperteza, com esse espetáculo fantástico de pôr cargos à disposição de um líder, para que o líder alicie apoio; ou com esse acordo que o sr. Sarney faz com governadores..."

É isso. Dentro dessa ordem de idéias seria possível dizer que José Sarney só pode ser acusado de uma coisa: de não ter cumprido a promessa feita no discurso de posse, de vir a ser "maior do que si mesmo". Pois não tendo conseguido ultrapassar seu verdadeiro tamanho, seu governo só poderia ser mesmo o que realmente é: um espelho do Brasil arcaico, preservador de vícios político-administrativos ancestrais, avesso a quaisquer transformações no rumo da modernização.

Nada melhor para ilustrar esse arcaísmo do que a forma pela qual o governo Sarney encara a administração pública, direta e indireta. Em qualquer governo a máquina administrativa é o instrumental básico, elementar, para a execução de quaisquer projetos e/ou planos de ação. Em junho de 85 — há dois anos, pois — Sarney baixava o primeiro decreto de uma hipotética "reforma administrativa" que, mesmo depois de 30 outros decretos, jamais existiu de verdade. A cifra fantástica de dois milhões de funcionários públicos federais — 700 mil na administração direta e autarquias e 1,3 milhão na indireta — permanece com apenas uns quatro mil servidores "remanejados" ou "aguardando remanejamento". A ociosidade, os privilégios, as mordomias, o "marajalato", o turismo oficial, a ineficiência, o "emperramento" da burocracia, a desorganização geral; de outro lado, o empreguismo político-eleitoreiro, a troca de cargos públicos por apoio político — no caso da "compra" do quinto ano de mandato presidencial —, tudo isso só demonstra que não houve qualquer mudança, em dois anos, em relação aos vícios crônicos que infelicizam este país há séculos. É claro que se alguma mudança houve foi para pior, no sentido de que o que antes se praticava com discrição — ou pelo menos rubor —, hoje passou a ser perpetrado às escâncaras, oficialmente e sem qualquer laivo de vergonha.

Há de se observar: mas é os partidos políticos, a começar pelo maior deles (ou do Ocidente), o PMDB? Não têm enorme responsabilidade pela manutenção desse arcaísmo tão bem expresso pelo político maranhense que está na Presidência da República? É claro que têm, principalmente graças à atuação do proconsul multipresidencial — o grande co-responsável pelo desastre histórico que é o governo Sarney — e à fisiológica venalidade de amplos setores da classe política brasileira, sempre dispostos a "vender" apoio em troca de quaisquer "favores" governamentais. Entretanto, tanto os partidos quanto suas lideranças, assim como a classe política cabocla em geral, haveriam de mudar-se o comportamento se não cheias do Estado e do governo estivesse alguém capaz de representar a parte, que existe, do Brasil moderno; alguém que se utilizasse dos enormes poderes de que dispõe um titular do Executivo, um presidente da República, para conduzir transformações político-administrativas profundas, no sentido de fazer a máquina do Estado funcionar com eficiência ao menor custo, com o menor desperdício. Alguém que, desta forma, soubesse diminuir o gigantesco déficit público — causa maior da inflação e da matoria absoluta dos sofrimentos impostos à sociedade brasileira. Mas esse alguém não está lá. Quem lá está é a arcaica figura, que a cada novo dia de mandato usufruído produz um dia a menos de oportunidade de modernização do Brasil.